

# O Engajamento de Lideranças na Mobilização Política do “Universo Trans” em Aracaju

*Marcos Ribeiro de Melo*<sup>1</sup>

## Resumo:

A partir da segunda metade da década de 1990, em Sergipe, constituiu-se uma mobilização política do segmento “trans” que, desde então, forjou diversas “lutas” e criou algumas associações. Este artigo tem como principal objetivo, averiguar o engajamento de quatro lideranças da mobilização política do “universo trans” na cidade de Aracaju, avaliando a constituição de seus “gostos” pela militância através da articulação de quatro níveis analíticos: as propriedades sociais dos agentes, as redes sociais (formais e informais), as lógicas de engajamento e retribuição e os processos de identificação. Como principal expediente para a consecução da pesquisa, utilizou-se a análise das trajetórias dos agentes. Observou-se que parte das estruturas de significação dos agentes foi constituída a partir da participação em associações religiosas, movimentos estudantis e partidos políticos (redes formais) ou em suas socializações primárias e redes de amizades com outras lideranças (redes informais). Ao mesmo tempo, a participação nas associações gerou sentimentos importantes para a conexão dos agentes com as lutas. Além disso, a projeção social a partir do engajamento parece ser uma importante recompensa, assim como a mudança de percepção familiar ao contemplá-las como militantes. Entretanto, apenas modalidades de militância que articulam significativo capital militante e/ou escolar com inserção em determinadas redes sociais (partidos políticos), permitem reconversões para cargos públicos ou militância em nível nacional.

**Palavras-chave:** engajamento militante; universo trans; militância; LGBT; redes sociais.

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe, Professor Assistente III do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe (Campus Prof. Alberto Carvalho).

## Leaderships’ Engagement in “Trans Universe” Mobilization in Aracaju

### Abstract:

Since the mid-1990s, in Sergipe, the political mobilization of the “trans universe” segment has forged several “struggles” and created some associations. This article aims to investigate the involvement of four leaders in the political mobilization of the “trans universe” in the city of Aracaju, evaluating the constitution of their “tastes” by militancy through the articulation of four analytical levels: the properties of social agents, social networks (formal and informal), the logics of engagement and retribution and identification processes. As the main way to make the research, we used the analysis of the trajectories of the agents. It was observed that some of the structures of meaning of the agents were forged from participating in religious associations, political parties and student movements (formal networks) or in their primary socialization and friendship networks with other leaders (informal networks). At the same time, the participation of the agents in associations generated important feelings to connect them with the “struggles”. Furthermore, the social projection of the social engagement appears to be an important reward, as well as changing perceptions family to contemplate them as militants. However, only forms of militancy that articulates meaningful militant capital and / or school capital with insertion in certain social networks (political parties), allow conversion to public offices or activism nationwide.

**Keywords:** militant engagement, “trans” activism, militancy, LGBT, social networks.

## Introdução

Os “monstros” e “desviantes” sexuais são invenções datadas do século XIX, como aponta Foucault (2001; 2003). Da “criança masturbadora” ao “homossexual”, os discursos médicos, jurídicos e psicológicos trataram de esquadriñar corpos e subjetividades, estabelecendo a naturalização, medicalização e criminalização de seus desejos.

Contudo, o discurso nem é o tempo todo submetido ao poder, nem oposto também a ele, fazendo parte de um jogo complexo e instável. Ele é “instrumento e também efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta” (FOUCAULT, 2003, p. 96). Assim, se das últimas décadas do século XIX até meados da década de 1970, no Brasil, os “personagens homossexuais” estavam limitados às páginas policiais, aos laudos e pesquisas médicas e ao carnaval, a partir do final da década de 1970 eles começaram a protagonizar uma reviravolta no campo político com o objetivo de se apropriarem das “identidades sexuais” que os descreviam.

Este “discurso de reação”<sup>2</sup> não se estabeleceu de maneira linear e foi modificado ao longo de diferenciados contextos, forjando novas lutas, redefinindo objetivos e criando novos grupos e tensões entre os mesmos. Este percurso também foi realizado por agentes pertencentes ao “universo trans” a partir da década de 1990 no Brasil.

Benedetti (2005) utiliza a categoria “universo trans” por considerá-la mais ampla no que se refere às possibilidades de “transformações de gênero”, abrangendo “todas as ‘personificações’ de gênero polivalente, modificado ou transformado, não somente pelas travestis” (BENEDETTI, 2005, p. 17). Em nosso trabalho,

<sup>2</sup> Segundo Foucault (2003, p. 96), a constituição de um “discurso de reação” possibilitou aos “homossexuais” “reivindicar sua legitimidade ou sua ‘naturalidade’ e muitas vezes dentro do vocabulário e com as categorias pelas quais era desqualificada do ponto de vista médico”.

contudo, o privilégio a este termo se justifica na medida em que não há o interesse em estabelecer definições rígidas sobre as “diferenças” existentes entre as “travestis”, “transexuais” ou “transgêneros”, objetiva-se contemplá-las como agentes políticos.

Se a princípio os militantes pleiteavam serem reconhecidos como “homossexuais”, fora dos padrões psicopatológicos e a partir de um determinado estilo de vida, em outros momentos exigiram, numa relação estreita com o Estado, políticas públicas para combaterem males físicos e/ou sociais que os afligiam. Da batalha contra o HIV/AIDS à busca por políticas que fomentam maior acesso à escola e a cursos profissionalizantes, especialmente no caso das políticas que pretendem atingir o “universo trans”, o movimento transitou, para utilizar as categorias de Fraser (2001), entre o “reconhecimento” e a “redistribuição”, sem abrir mão das “identidades coletivas”<sup>3</sup>.

Assim, no campo da “política sexual”, as dinâmicas que envolvem a criação ou a ressignificação dos sentidos atribuídos às antigas

<sup>3</sup> Durante a coleta de dados para a pesquisa, as “identidades coletivas”, entretanto, não se apresentaram de maneira “estável” ou distantes de conflitos que “borravam” as “identidades sexuais” e de “gênero”. Um exemplo disto foi verificado no “VI Encontro Nordeste de Travestis e Transexuais” realizado em Aracaju em maio de 2009. Ao final de uma mesa redonda, alguém da plateia interpelou os debatedores e afirmou que estava feliz por ter uma representante “travesti” compondo o Ministério da Saúde no Programa Nacional de DST/AIDS. Ao tomar a fala para responder as perguntas, a militante revelou que não representava as “travestis” e “transexuais” no Ministério da Saúde, pois ela era uma mulher. Imediatamente um mal estar tomou conta da plateia e uma militante “travesti” ao meu lado comentou: - “Como ela não é travesti? Ela tem um pinto entre as pernas!”. Acerca destas produções discursivas em torno das identidades de gênero, Oliveira (2009, p. 167) compreende que “as representações políticas parecem ter sido encerradas dentro de um enquadramento paradigmático fixo, que oblitera uma reflexão mais clara sobre as formas como o Estado assimila conceitos relativos a sexo, gênero, sexualidades e produção de sujeitos identitários, ao mesmo tempo em que promove políticas favoráveis às suas populações alvo”. Esta análise, todavia, dicotomiza a relação da mobilização com o Estado, não observando a convergência desses dois campos políticos e o fato de que a construção de políticas públicas e o próprio movimento, em certa medida, necessitam, mesmo que temporariamente, de uma rigidez identitária para programar suas ações. Fato que não exclui reflexões, críticas e redefinições.

categorias identitárias, parecem ter vínculo direto com as “lutas” estabelecidas. Estas funcionam como importantes elementos na “categorização sexual” engendradas pelo movimento político LGBT e, por consequência, definidor de agendas políticas.

A existência de um “conflito” ou “luta”, estabelece a presença de um oponente, ou vários oponentes, às redes de agentes de um determinado movimento. Esta pesquisa, contudo, não se vincula à percepção negativa da categoria “violência”, muitas vezes abraçada e defendida por alguns cientistas sociais, que a liga a um *continuum* evolutivo, num polo negativo, em oposição a um estado de paz e integração, como alerta Neiburg (2001). Numa perspectiva positiva do “conflito”, os mundos sociais politizados, e as relações de poder entre grupos, tomando-se como parâmetro o trabalho de Elias (2000), na dinâmica descrita entre estabelecidos/*outsiders*, apresentam-se sempre num estado de tensão (atração/repulsão) que criam uma situação de interdependência e conflito crescentes (NEIBURG, 2001).

Na operação de categorização realizada pelos movimentos sociais, as identificações engendradas em outros campos são retrabalhadas, reapropriadas pelos agentes em benefício da luta, pois geralmente se estabelece como uma resposta à dominação e se apresentam como um contra-enquadramento, definindo parte das metas da mobilização. Assim, “a formação de uma identidade coletiva passa tanto pelas lutas externas e internas de definição do grupo e de seus contornos, quanto pela definição de seus opositores – mais ou menos visados – aqueles que se referem objetivos e ações da mobilização” (VOEGTLI, 2010, p. 209).

Dentro desta lógica, a criação e o uso de “categorias sexuais” (“heterossexualidade”, “homossexualidade”, “lesbianidade”, “bissexualidade”, “travestilidade”, “transexualidade”), implicam em esforços não somente do Estado, ou das instituições médicas, jurídicas e psicológicas de “identificação”, mas também um investimento do próprio movimento “homossexual” e/ou “LGBT”.

Assim, as “lutas” parecem ser mecanismos importantes para essa “categorização” e para a definição das agendas políticas, na medida em que consolidam e ressignificam as categorias, procurando, por muitas vezes, naturalizá-las e/ou oficializá-las, e definindo novos objetivos e bandeiras de “luta”.

No contexto brasileiro, limitado às mobilizações das regiões sudeste e sul, trabalhos como os de Green (2000a; 2000b), Facchini (2003; 2004; 2005; 2009), Simões e Facchini (2009) e Trevisan (2000) apontam a existência de diferentes conjunturas históricas que possibilitaram estas redefinições de “lutas” na mobilização, a exemplo da abertura política propiciada pelo arrefecimento da ditadura militar no final da década de 1970 ou das interferências do Estado no combate ao HIV/AIDS na década de 1990. Contudo, pouco se discutiu acerca das dinâmicas do engajamento<sup>4</sup> dos agentes que estiveram/estão à frente desta mobilização, ou seja, das lideranças deste tipo de associativismo e da constituição de seus “gostos” pela luta em defesa dos direitos dos “homossexuais”/“LGBT”<sup>5</sup>.

No que tange o apoio e reconhecimento de “causas” LGBT, observa-se que, contemporaneamente, o segmento “trans” tem ganhado espaço em suas reivindicações de políticas de afirmação identitária. Green (2000b) argumenta que a participação na mo-

<sup>4</sup> Engelmann (2009) afirma que a imposição de uma agenda de estudos para as “ciências políticas” sobre instituições políticas, em detrimento aos atores políticos, trouxe prejuízos para “a apreensão de fenômenos sociais que estão na base da construção das instituições, tais como a complexa relação entre os processos de educação e a esfera política. Ao tratar dessa forma as interações dos atores políticos com as instituições, perde-se a dimensão sociológica e o peso de um conjunto de variáveis que tem grande potencial explicativo para os fenômenos estudados.” (p. 18).

<sup>5</sup> Não tendo foco principal neste aspecto, entretanto, os trabalhos de Facchini (2003; 2005) analisam as trajetórias das lideranças do Grupo Gay de Bahia (BA) e do Triângulo Rosa (RJ), na tentativa de compreender como seus estilos de militância, suas experiências de internacionalização e uma menor vinculação com “partidos de esquerda”, possibilitaram a continuidade do trabalho destes grupos após um período do movimento “homossexual” denominado por ela de “primeira onda”, referente ao final da década de 1980, caracterizado por posicionamentos “político-revolucionários” e menos voltados às “causas gays”.

bilização política “homossexual” das “travestis”, até o início da década de 1990, foi quase inexistente. Contudo, ao se tornarem alvo dos investimentos estatais dos programas de combate às DST/AIDS, essa configuração se modificou.

Diante destas reflexões, este artigo se debruça sobre as seguintes questões: Quais as condições de constituição da mobilização política do “universo trans” em Aracaju? Que dinâmicas sociais, a partir da década de 1990, modificaram as “lutas” e o recrutamento de suas lideranças? Como redes sociais formais e informais, possibilitaram o engajamento destes agentes? Nesta direção, como o engajamento dos agentes se imbrica às distintas “lutas”? Que as propriedades sociais destes agentes se conectam aos seus engajamentos? Quais suas lógicas de engajamento e retribuições?

Para este fim realizou-se a análise das trajetórias de quatro lideranças de organizações “trans” aracajuanas: Ana, Lorena, Sofia e Renata (nomes fictícios). Através de entrevistas biográficas, procurou-se captar as origens sociais (familiar e escolar) dos agentes, suas redes sociais de pertencimento, sociabilidades, alianças e as lógicas de engajamento.

É necessário destacar que a delimitação da categoria liderança não se restringiu aos agentes em cargos de direção/presidência das ONGs pertencentes ao “universo trans”, mas se estendeu aos agentes que têm participação em outros campos em conexão com a militância, como o próprio Estado. Como apontam Abers e Büllow (2011, p.64), “pensar o Estado como um bloco homogêneo que opera em um espaço organizado distinto”, na América Latina, e especificamente no Brasil, dificulta o reconhecimento de redes que cruzam as fronteiras entre Estado e movimentos sociais. Nesta direção, as mesmas pesquisadoras identificam dois padrões de intersecção entre Estado e movimentos sociais no Brasil: “incorporação de ativistas de movimentos sociais em cargos governamentais e a formação de novos movimentos sociais a partir da interlocução entre ativistas dentro e fora do Estado” (ABERS e BÜLLOW, 2011, p.65).

Negar a existência de uma relação estreita entre os movimentos sociais brasileiros e o Estado, tornaria equivocadas e empobrecidas as análises das dinâmicas dos movimentos “homossexual” e “LGBT” em Aracaju. A partir deste posicionamento, afastamo-nos do embate “Movimentos Sociais *versus* Estado” e associamo-nos à compreensão de Diani (2009a) sobre movimentos sociais, percebendo-os como “redes” de interações entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações, engajadas num conflito cultural ou político e que compartilham uma identidade coletiva.

Por engajamento compreende-se, segundo Sawicki e Siméant (2011, p. 201), “toda forma de participação duradoura em uma ação coletiva que vise à defesa ou à promoção de uma causa”. A perspectiva abordada, entretanto, tenta superar a dicotomização existente entre os níveis macro e micrológicos de análise do engajamento, compreendendo a necessidade de articulação entre as trajetórias dos agentes e os contextos dentro dos quais eles se desenvolveram (FILLIEULE, 2001).

A partir destes pressupostos, a análise dos engajamentos articula-se a partir de quatro níveis. São eles: 1) as redes sociais; 2) as propriedades dos agentes; 3) as lógicas de engajamento e retribuição; 4) processos de identificação. Antes do debate sobre o engajamento das lideranças do campo da política sexual do “universo trans” em Aracaju, expor-se-ão as categorias de análise do trabalho que possibilitarão as interpretações dos dados.

### Sobre o Engajamento Militante: entre Capitais, Redes e Estruturas Sociais

Aliar-se a uma ação coletiva, empenhar-se em uma luta e dedicar uma vida em prol de ideais compartilhados por um grupo, envolve múltiplas dimensões. A aprendizagem do “gosto” pela militância e todo sentido a ele atribuído estão associados tan-

to a aspectos macrosociais, como as mudanças dos contextos histórico-culturais e as oportunidades políticas, quanto às microsociais, a exemplo das disposições a militar, das redes sociais estabelecidas, dos processos identitários e dos elementos afetivos envolvidos, por exemplo.

Tradicionalmente, pelo menos na França, o engajamento tem sido explicado, segundo Sawick (2003) e Sawick e Siméant (2011), explorando-se três níveis distintos, mas interconectados: micrológico, mesológico e macrológico. No nível micrológico estão as explicações que procuram analisar o engajamento a partir das propriedades dos agentes e de suas interações. Já os níveis mesológicos e macrológicos se debruçam sobre as organizações e as estruturas sociais, respectivamente. Este artigo tenta articular em suas análises esses três níveis para a compreensão do engajamento das lideranças do “universo trans” aracajuano.

Num nível micrológico, segundo Bourdieu (2008a, 2007), analisar o percurso de uma trajetória, dentro do campo político, possibilita o acesso objetivado aos “códigos de leitura”, às “superfícies sociais”, aos “esquemas de percepção” e “disposições”, que garantem aos agentes a posse da “política” com “autoridade”. Deste modo, a “participação política” ou o engajamento de um agente guarda relação direta com seu capital econômico e escolar, além de sua posição social. Entretanto, adverte o autor, a relação entre estas variáveis não se dá de maneira simples e direta, meramente fruto de uma “distribuição desigual da competência especificamente política” (BOURDIEU, 2008b, p. 381).

No Brasil, até o início da década de 2000, pesquisas sobre participações políticas, como os desenvolvidos por Coradini (2002) e Gaglietti (2003) focaram, ainda que não exclusivamente, nas “posições sociais” como o principal elemento explicativo do processo de engajamento. Suas análises tomavam as origens familiares, os tí-

tulos escolares e o acúmulo de capital militante<sup>6</sup> dos agentes como norteadores explicativos do “gosto” pela política e do “sentido” que o envolvimento com diferentes “causas sociais” tinha em suas vidas.

Contudo, distribuições desiguais do capital escolar, social, político e militante não esgotam a compreensão a respeito do engajamento. O desvendamento das redes sociais às quais os militantes pertencem parece ser um caminho complementar a uma análise do engajamento. As redes sociais permitem compreender a constituição dos grupos (VOETGLI, 2010), elas conectam os ativistas dos movimentos sociais e simpatizantes às redes privadas e públicas, formais e informais, organizacionais e pessoais. Amigos, parentes, colegas, vizinhos podem afetar a decisão de se envolver em um movimento. Os indivíduos podem também ser vinculados através de redes indiretas, geradas por articulação com atividades específicas e/ou eventos (DIANI, 2009a; 2009b), a exemplo de grupos de leitura, cafés, teatros e cinemas alternativos (DELLA PORTA e DIANI, 2006).

Portanto, o processo de engajamento individual não pode ser entendido excluindo-se os contextos estruturais e relacionais das intenções dos agentes. O contexto sócio-cultural define a possibilidade, entendida como potencialidade, de alguém se engajar a um movimento social. Todavia, “sem a presença de redes que também exponham os agentes às oportunidades de mobilização, o potencial de mobilização fica fraco e é, além do mais, improvável que os indivíduos convertam seu potencial de mobilização em ação” (PASSY, 1998, p. 61).

<sup>6</sup> De acordo com Matonti e Poupeau, o capital militante é uma dimensão do engajamento que diz respeito às aprendizagens adquiridas, em boa parte, no campo político, nele se valorizando, mas também se reconvertendo em outras esferas. É imprescindível, todavia, salientar a importância crescente, segundo os autores, do capital escolar para a aquisição do capital militante, pois sua transmissão tem se dado “cada vez menos em seus locais tradicionais e de geração em geração” (MATONTI e POUPEAU, 2004, p. 7), sendo as competências escolares a alavanca para sua aquisição.

Ainda sobre análises em nível micrológico, o trabalho de Gaxie (1977) aponta que, tanto as contribuições dos agentes ao militância quanto suas recompensas/retribuições, são resultado da relação entre as suas propriedades sociais (agentes) e dos recursos da instituição à qual ele se vincula. Assim, as proposições deste autor, ainda que utilitaristas, servem como possibilidade explicativa acerca das condições de sustentação de uma instituição a partir de uma série de lógicas de diversas ordens: afetivas, ideológicas, humanitárias, financeiras, etc.

A respeito da dimensão afetiva, Sommier (2010) admite que os sentimentos são instrumentos de modelagem e de manutenção da lealdade. A afetividade também se liga à autopercepção dos agentes, modelando um grupo de semelhanças entre o “eu” e “nós” com objetivos a manter a fidelidade ao grupo e seus princípios, através da articulação entre afetivo, o emocional, o cognitivo e o simbólico.

Nesta direção, para Britt e Heise (2000), os movimentos teriam a habilidade de modificar emoções, conectando os agentes e gerando o engajamento em torno de organizações e “causas” e, desta forma, produzindo identidades políticas. Os agentes disponibilizariam de um “capital emocional”, acionado e modificado por determinados dispositivos, como as propagandas, em proveito da mobilização política. Isto poderia ser observado no movimento “gay” que transforma emoções de “estado de vulnerabilidade”, como o “medo” e a “vergonha”, em emoções como “raiva” e “orgulho”, potencializando a participação individual.

Num nível mesológico, as redes sociais passam a ser uma importante fonte de recrutamento para as organizações e, ao mesmo tempo, através das interações proporcionadas, de produção de sentido para a mobilização de seus participantes. Nesta direção, a agência não é totalmente determinada pelo contexto e, analisando-se os sentimentos e percepções acerca do seu engajamento, tem-se acesso às estruturas de significação do compromisso político (PASSY e GIUGNI, 2000).

Ainda sobre o contexto relacional, Passy (1998; 2003) distingue três funções diferenciadas das redes sociais: socialização (*socialization function*), de conexão-estrutural (*structural-connection function*) e modeladora de decisões (*decision-shaping function*)<sup>7</sup>. O papel de socialização das redes expõe o fato de que, quando integrados às mesmas, os agentes situam-se “dentro de uma estrutura de interações que lhes permite definir e redefinir seu quadro interpretativo do mundo” (PASSY, 1998, p. 63). Há, nesta função, uma modelação dos esquemas de percepção e interpretação da realidade. O compartilhamento de valores e normas modela uma “visão de mundo” que possibilita os agentes se engajarem numa ação coletiva, criando uma disposição a participar.

Todavia, somente se identificar com a causa política específica não garante a participação do agente nas lutas. A função de conexão-estrutural das redes sociais tem um papel de mediação, conectando potenciais participantes a uma oportunidade de mobilização. Apesar das redes não serem o único canal de conexão, “indivíduos com amigos ou conhecidos já envolvidos nos movimentos sociais são mais inclinados a fazerem parte na ação coletiva” (PASSY, 2003, p.24)

Possuir determinadas “visões de mundo” e ter “oportunidades de ação”, entretanto, também não garantem o engajamento político. As inconveniências de participação em uma ação coletiva constituem uma barreira significativa. A decisão de ingressar num protesto não é realizada, entretanto, de maneira isolada. Ela é diretamente afetada pelas teias sociais. Eis a função modeladora de decisões das redes sociais.

Deste modo, compreende-se que o engajamento é o produto de um encontro entre as disposições e as experiências construídas com um grupo ou uma instituição. Assim, pode-se dizer que o

<sup>7</sup> Optou-se por manter as categorias analíticas definidas no artigo “Social networks matter. But how?” (PASSY, 2003).

grupo fabrica seus militantes e vice-versa. “Essa fabricação consiste em um processo de ajustamento entre as propriedades de da instituição e do campo onde ela intervém e as propriedades dos engajados” (SAWICKI, 2003, p.146).

Ao se estudar o engajamento político por esse viés, como afirma Sawicki (2003), abre-se a possibilidade de analisar como se opera a “construção social do desejo” de se dedicar a esta ou aquela “causa”, encarnar uma organização, desejar que se viva a partir de uma “vocação”. A compreensão deste processo implica, não somente na observação entra a articulação entre as diferentes esferas de vida, mas também aos efeitos do grupamento e de sua história, sobre o agente engajado.

O cotejamento das trajetórias militantes aponta várias interseções entre o processo de engajamento e algumas esferas do Estado. Assim, abordando a dimensão macrológica do engajamento, discutir-se-á, no próximo item, recorrendo-se as relações que dois modelos explicativos dos movimentos sociais (dos “novos movimentos sociais” e de “processos políticos”) estabelecem com o plano estatal e, a partir daí, configurar-se-á uma vertente explicativa que contemple as dinâmicas entre essas duas arenas políticas.

## Os Movimentos Sociais e a Convergência com o Estado

As modalidades de mobilização coletivas pós década de 1960, a princípio surgidas em países do hemisfério norte, a exemplo do “movimento ambientalista”, do “movimento étnico-racial”, do “movimento feminista” e do “movimento homossexual”, inquietaram os estudiosos a partir da percepção de que os modelos interpretativos então disponíveis, como o “marxista” ou o paradigma norte-americano de “mobilização de recursos”, eram inadequados para as análises das mobilizações civis que naquele momento apareciam.

Entre os novos modelos interpretativos que se opuseram àquelas perspectivas, destacam-se a “Teoria dos Processos Políticos” e a “Teoria dos Novos Movimentos Sociais”. Os debates produzidos pelas duas teorias se distanciaram das explicações deterministas e economicistas da ação coletiva, além de irem de encontro à percepção de um sujeito histórico universal. As duas perspectivas teóricas combinam política e cultura na tentativa de explicar os movimentos sociais (ALONSO, 2009).

A “Teoria dos Novos Movimentos Sociais”, em específico, criou esquemas interpretativos que enfatizam “a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e o processo de identidade criado” (GOHN, 1997, p. 121). Ideologicamente, os “novos movimentos sociais” não focariam seus objetivos na redistribuição econômica, tendo sua ênfase na qualidade de vida e na preocupação com estilos de vida. Deste modo, nesta perspectiva analítica, “esses ‘novos movimentos sociais’ não se organizariam em combate ao Estado, nem com a finalidade de conquistá-lo. Recorrendo a formas de ação direta, ‘no nível dos próprios problemas sociais’, seriam agentes de pressão social, voltados por persuadir a sociedade civil” (ALONSO, 2009, p.60-61). Observa-se que, se por um lado este modelo teórico não imprime uma percepção conflituosa, por outro, e não menos problemática, parece minimizar as participações do Estado nas relações com os movimentos sociais.

Numa outra via, Gohn (2007; 2008) identifica contemporaneamente uma alteração dos movimentos sociais e do papel do Estado nas relações com a sociedade civil, denominada por ela como um papel contraditório, pois teria como mecanismo a cooptação do “sujeito político e cultural da sociedade civil, antes organizado em movimentos e ações coletivas de protesto, agora parcialmente mobilizados por políticas sociais institucionalizadas” (p.13). A autora percebe uma fragilização dos movimentos sociais no Brasil a partir da década de 2000, focando uma perda de força política dos movimentos como agentes autônomos, a institucionalização

de práticas sociais organizadas de cima para baixo, evidenciando o que a autora denomina de cooptação do movimento pelo aparelho do estatal. (GOHN, 2008). Esta percepção expõe a dicotomização nos modelos teóricos que, ou veem no Estado e nos processos de institucionalização, a destruição das mobilizações coletivas, ou vislumbram nestes mesmos elementos, oportunidades político-culturais para seu fortalecimento e manutenção.

Goirand (2009), de maneira distinta das interpretações de alguns estudiosos acerca das mobilizações da década de 1970, ao menos no que diz respeito aos movimentos sociais na América Latina, aponta que nem sempre ocorreu uma ruptura brutal que gerasse uma autonomia real entre os movimentos e os sistemas políticos. Corroborando essa perspectiva, Landin (2002), ao estabelecer uma gênese das ONGs no Brasil que, segundo a pesquisadora, vincula-se a organizações da década de 1970, observa a existência de uma relação ambígua de autonomia/dependência com vários outros campos institucionais, entre eles, organizações estatais.

Nesta direção analítica, a “Teoria dos Processos Políticos” trouxe novos e importantes elementos ao apostar na convergência entre dois campos distintos, que se contrapunham às explicações “irracionais” das ações coletivas<sup>8</sup>, os “Estudos Organizacionais” e a “Teoria da Mobilização de Recursos”, ambos projetados na década de 1960.

De um lado, os “Estudos Organizacionais” propuseram, com eficácia, o reconhecimento e o uso “racional” dos recursos materiais e técnicos e, posteriormente, das forças política, institucional e cultural como elementos explicativos das ações coletivas. Por outro viés, a “Teoria da Mobilização de Recursos” passou a reconhecer a importância das organizações, dos processos organizacionais, focando sua atenção sobre os recursos de mobilização (liderança, estrutura administrativa, incenti-

<sup>8</sup> Influenciadas, principalmente, pela teoria da ação social de Talcott Parsons (Gohn, 1997).

vos para participação e os sentidos de aquisição de recursos) (MCADAM e SCOTT, 2005).

O que se observou ao longo das décadas seguintes no campo da mobilização social norte-americana, principalmente no “movimento negro”, modificou todo o plano interpretativo dos estudiosos, pois “a marcha que começou nas ruas transmigrou e começou a se mover através de instituições – legislaturas, tribunais, agências e empresas” (MCADAM e SCOTT, 2005, p. 39).

Abers e Büllow (2011) afirmam, entretanto, que apesar do significativo avanço dos teóricos dos “processos políticos” ao demonstrarem que o Estado tem um importante papel na configuração das mobilizações sociais, ainda há uma evidente separação para suas análises. “Em outras palavras, os ativistas interagem com o Estado, mas não participam diretamente da gestão estatal” (ABERS e BÜLLOW, 2011, p. 64).

Estes modelos teóricos tendem a separar em blocos distintos movimentos sociais e Estado, fato que impossibilita reconhecer o entrecruzamento das fronteiras dos campos que, em alguns momentos, inexistem. Contudo, algumas pesquisas como as realizadas por Seidl (2009), Oliveira (2007a; 2007b; 2008) e Reis (2007) não obscureceram seus olhares diante deste aspecto. Em seus estudos observaram este tipo de imbricamento em distintos movimentos no Brasil, em períodos históricos que variam entre as décadas de 1960 e 2000. As trajetórias dos agentes engajados nos movimentos negro, ambiental e estudantil, entrelaçaram-se aos partidos políticos e às esferas legislativas e administrativas do governo.

Ainda dentre deste nível macrológico, os “processos de identificação” engendrados pelo Estado e pelo movimento, merecem uma análise criteriosa pois, como apontam Snow e McAdam (2000), a “identidade” é um conceito essencial na literatura que estuda os movimentos sociais e suas dinâmicas. Vários campos de saber, com destaque para as Ciências Sociais e a Psicologia Social, têm

dedicado extensas análises e construído distintas teorias que pretendem dar conta da complexidade deste fenômeno.

Contudo, se não é possível negar a importância da “identidade” como categoria analítica, deve-se perceber que os vários sentidos atribuídos à mesma confundem mais do que explicam uma mobilização política. Assim, o próximo item abordará dois importantes processos, o de “identificar” e o de “identificar-se”, que subjazem à construção de “lutas” e de políticas públicas.

## Forjando Novas “Identidades” e Novas “Lutas”

Para além da compreensão dos teóricos dos “novos movimentos sociais”, que vinculam as “identidades coletivas” ao pertencimento e à solidariedade grupal, a proposta que aqui se delineia aproxima-se das análises de Bernstein (1997), que percebe o uso das identidades como uma estratégia política, principalmente de grupos sociais estigmatizados, como é o caso dos movimentos “homossexual” e “LGBT”, cujo propósito é estabelecer mudanças sociais e institucionais.

Neste sentido, fazer uso da categoria “identidade” requer análises que se afastem de visões reificantes da categoria ou ainda limitadas a uma compreensão puramente ficcional da linguagem. Os abusos de seu uso, em especial nas Ciências Sociais, expõem sua confusão semântica e ineficiência analítica. Oscilando entre teorizações que a concebem como “essência” ou como “múltipla, fragmentada e fluida”, a noção de “identidade” foi forjada num contexto político específico da década de 1960, dominado por reivindicações identitárias e com claras implicações políticas (BRUBAKER e COOPER, 2000; AVANZA e LAFERTÉ, 2005).

Como alternativa às confusões semânticas e às contradições geradas pelo uso da “identidade”, tanto Brubaker e Cooper (2000), quanto Avanza e Laferté (2005), sugerem a utilização de outros

recursos terminológicos<sup>9</sup>. Os primeiros sugerem a troca da categoria por outras três: 1) identificação, 2) imagem social, 3) pertencimento. Enquanto os últimos autores disponibilizam outras três categorias substitutas: “identificação” (*identification*), “imagem social” (*image sociale*) e “pertencimento” (*appartanage*).

Contudo, como afirmam Surdez, Voegtli e Voutat (2009, p. 15), “o essencial do problema reside talvez menos nos usos do termo identidade do que na clarificação do seu estatuto epistêmico”. Se não se pode falar do “absoluto” ou do “fluido” da identidade, “deve-se então estudar as lógicas que presidem a sua produção e os usos que são feitos pelos atores sociais, indivíduos e grupos”. Deste modo, a noção de identidade não deve ser considerada um instrumento analítico, mas um objeto de estudo.

A definição de “si”, de “nós” e dos “outros” faz parte da própria lógica do “mundo social”, que se apresenta como um sistema de diferenças socialmente hierarquizadas no qual os agentes, ou grupo de agentes, não se definem a si mesmos por suas características intrínsecas, “mas relativamente às *relações* que estruturam este espaço de acordo com certos princípios socialmente constituídos de repartição e diferenciação das posições em seu meio” (SURDEZ, VOEGTLI e VOUTAT, 2009, p. 18).

Esta perspectiva relacional do mundo social permite a superação da dicotomia de concepções objetivistas e subjetivistas das “identidades coletivas”, passando a compreendê-las como um produto de um de princípio classificação histórica e socialmente constituído, um “processo de identificação” que apresenta duas dimensões intrinsecamente ligadas. A primeira delas, “identificar”, apresenta-se como uma ação exterior às “identidades coletivas”, cujo objetivo é o de classificar e identificar os grupos. “A análise se centra sobre o trabalho efetuado pela ordem jurídica,

<sup>9</sup> Como indica Mathieu (2009), entretanto, nesta pesquisa se compreende que qualquer uso de termos substitutivos à categoria “identidade” também deve estar sob constante vigilância, pois são categorias também portadoras de ambiguidades e imprecisões.

o Estado e sua administração, a estatística, as ciências sociais, os movimentos sociais, as mídias ou ainda o campo político para definir os indivíduos por referência aos seus grupos de pertencimento. *Identificar* significa definir, etiquetar, classificar, categorizar, atribuir” (SURDEZ, VOEGTLI e VOUTAT, 2009, p. 21)

A outra dimensão, “identificar-se”, remete às percepções individuais e coletivas de pertencimento às identidades, bem como às lógicas de produção, de interiorização, incorporação ou rejeição. “Identificar-se significa produzir, gerenciar, apropriar-se, assumir, incorporar, interiorizar, reivindicar ou, ao contrário, rejeitar os atos de atribuição identitária, isto é, construir e selecionar a adesão por referência a um grupo, uma categoria ou a uma propriedade distintiva” (SURDEZ, VOEGTLI e VOUTAT, 2009, p. 24).

Deste modo, o processo de construção das “identidades coletivas” se apresenta através de um jogo forças entre agentes produtores de categorias de um lado e, de outro lado, agentes alvos da categorização. Entretanto, limitar essa divisão a uma relação estanque entre quem categoriza e quem é categorizado, não contempla a complexa dinâmica que envolve os dois processos. As configurações desta relação de forças se modificam diante de mudanças políticas, históricas e culturais. É possível verificar esta dinâmica através das “identidades sexuais”, na medida em que, a partir do final da década de 1960, os “homossexuais” passaram a reivindicar o direito de “falar sobre si”, ou seja, de forjarem, gerirem suas “identificações” e construir suas “lutas”.

### O Engajamento “Trans” em Aracaju: do Combate ao Hiv/Aids a Construção de Novas “Lutas”

No Brasil, de acordo com MacRae (1997), a repressão do regime militar era brutal, de intolerância e de censura ante a liberdade sexual e dos costumes. A realidade política brasileira começou a se modificar, de maneira mais efetiva, somente a partir de 1978,

no final do governo de Ernesto Geisel, com o arrefecimento do regime, e o conseqüente retorno às ruas do movimento estudantil e dos operários dos setores de ponta das indústrias às greves. Embaladas por esse horizonte de mudanças “[...] outras vozes políticas começavam a se fazer ouvir. Homossexuais que se apresentavam como uma “minoría oprimida” juntavam-se, à sua maneira, ao coro de oposição à ditadura” (SIMÕES e FACCHINI, 2009, p.81).

De acordo com Fry (1982), no final da década de 1970 e início da década de 1980, o movimento brasileiro se deparava com um “preconceito difuso e escorregadio”, sem um “inimigo claro”, quando comparada à situação da mobilização norte-americana e européia, onde a “homossexualidade” era criminalizada. Grande parte das discussões dos grupos naquele período girava em torno de uma consolidação da “identidade homossexual”.

Este cenário entrou em crise em meados da década de 1980, quando o movimento sofreu o forte impacto de uma desconhecida doença que se espalhava e matava, com espantosa velocidade, os homens “gays”. Segundo Armstrong (2002), a epidemia do HIV/AIDS modificou cada aspecto do movimento identitário “gay”: os estilos de vida e os corpos dos homens ‘gays’, as crenças a respeito da segurança e salubridade do sexo “gay” e o orgulho identitário.

No Brasil, as respostas ao avanço da epidemia do HIV/AIDS fizeram com que muitos ativistas se vinculassem ao combate da doença (GREEN, 2000b). A relação entre o movimento “homossexual” e o HIV/AIDS e, principalmente, as relações que começaram a se estabelecer entre o movimento e o Estado, com a geração de políticas públicas de combate à epidemia, diferiram da situação no hemisfério norte, pois podem ser interpretadas como profícuas para a mobilização.

Os investimentos financeiros e a criação de políticas estatais, em articulação com instituições internacionais como o Banco Mundial, cujo objetivo era o combate ao avanço da epidemia de HIV/

AIDS no Brasil, na década de 1990, tornaram possível a organização, o fortalecimento e a segmentação identitária da mobilização “homossexual” (GREEN, 2000b, FACCHINI, 2004; 2005; 2009; SIMÕES e FACCHINI, 2009).

Deste modo, ao mesmo tempo em que se podia vislumbrar na década de 1990 um reflorescimento do movimento, ora enfraquecido na segunda metade da década de 1980, seguiu-se sua segmentação, fato que gerou a modificação da denominação “Movimento Homossexual Brasileiro” (MHB) para a inclusão de siglas (GLT, GLBT e LGBT) que contemplassem diferentes segmentos (“gays”, “lésbicas”, “bissexuais”, “travestis”, “transexuais” e “transgêneros”). Esta segmentação articulou-se com as demandas de reconhecimento às especificidades na prevenção ao HIV/AIDS e, posteriormente, com a geração de ações políticas afirmativas específicas (FACCHINI, 2004; 2005; 2009; SIMÕES e FACCHINI, 2009).

É possível encontrar em trabalhos acadêmicos brasileiros duas principais vertentes que analisam a emergência das categorias “trans” e seus campos de disputa. Na primeira estão os debates que se debruçam sobre o campo da medicalização/psiquiatrização/jurisdição, presentes em trabalhos como Bento (2006; 2008), Amaral (2007) e Leite Jr. (2008). Neles percebem-se discussões sobre a produção de saberes científicos, “categorias sexuais” e sua relação com o controle dos corpos e das subjetividades “trans”. A segunda vertente, por sua vez, tece considerações a respeito das ressignificações das categorias “trans” no universo militante, não obstante, fazendo uso das teorias de gênero e de teorias da sexualidade, como nos trabalhos de Barbosa (2010) e Carvalho (2011).

O trabalho que aqui se apresenta, distancia-se destas duas vertentes analíticas, inicialmente a partir da crítica que estabelece em torno da categoria “identidade”, não se vinculando às propostas mais “naturalizantes” e “fortes” do uso deste conceito, e também dos usos mais “fracos” ou “fluidos”, como os que se guiam a partir da categoria de “performance de gênero” propos-

ta por Butler (2003; 2005; 2006). Analisa-se o engajamento político de lideranças do movimento “trans” e a construção de seus gostos pelas “lutas”, a partir de suas redes de pertencimentos, propriedades sociais e lógicas de engajamento e retribuição.

A incorporação das travestis como alvo de investimentos dos programas de DST e AIDS ampliou o número de associações de travestis, o que gerou anualmente o “Encontro de Travestis e Transexuais que atuam na luta e prevenção à AIDS” (Entlaids), realizado em várias regiões brasileiras. Se as discussões iniciais, nestes encontros, davam-se em torno da prevenção e combate ao vírus, com o passar dos anos, outras demandas surgiram como a de mudanças na segurança pública, o acesso à educação e ao mercado de trabalho (SIMÕES e FACCHINI, 2009).

Em Aracaju há duas organizações políticas “trans”. A primeira, inaugurada em 1999, é a “Associação de Travestis Unidas”, surgida num contexto preventivo do HIV/AIDS, em parceria com a “Coordenação Estadual de DST/Aids” de Sergipe, sob os auspícios de uma Assistente Social, não “travesti”, vinculada à “Secretaria Estadual da Saúde”, naquele período.

A segunda organização, “Astra – Direitos Humanos e Cidadania LGBT”, criada em 2001, teve sua origem vinculada à formação de um núcleo de outra organização em defesa dos direitos LGBT, o extinto “Grupo Dialogay de Sergipe”<sup>10</sup>. Sua principal liderança é uma ativista “travesti”, com acúmulo de capital militante em movimentos estudantis em sua adolescência e significativas incursões no cenário da mobilização LGBT nacional.

As causas defendidas pelas organizações “trans” em Aracaju, no amplo espectro dos “direitos humanos”, também foram modificadas. Observa-se que, se a principal luta empreendida no final

<sup>10</sup> A estratégia de defesa exclusiva dos direitos das “travestis”, inicialmente proposto por esta instituição, modificou-se ao longo dos anos. Hoje ela abarca os outros segmentos identitários. Todavia há um forte vínculo com as questões “trans”.

da década de 1990 mantinha vínculos exclusivos com a prevenção da epidemia do HIV/AIDS, a década de 2000 inaugurou outras possibilidades de lutas. As ações afirmativas, surgidas a partir da recategorização realizada pelo Estado e pela mobilização, modificaram o perfil epidemiológico do “universo trans”, de um “grupo de risco” para um “grupo vulnerável” devido a sua história de marginalização social que produziriam práticas de risco como: sexo desprotegido e compartilhamento de seringas na aplicação de silicone e hormônios femininos.

Desde então, os agentes e as organizações aracajuanas se envolvem em diferentes lutas, a exemplo da defesa do “uso do nome social”, da “redução de danos” para “travestis” dependentes químicas, da “qualificação profissional” do segmento e da execução de ações de assessoria jurídica.

As intervenções estatais não só implicaram na ampliação das “lutas”, mas também na capacitação e fortalecimento das associações e no incremento dos quadros da militância com a formação de lideranças “trans”, dentro de uma lógica de “empoderamento” do segmento “trans” (CARVALHO, 2011). O “Projeto Tulipa”<sup>11</sup> é o mais profícuo exemplo deste processo. Tratou-se de um projeto executado em âmbito nacional pela ANTRA (Articulação Nacional de Transgênero), iniciado em 2003, com duração de três anos. Inicialmente desenvolvido com apoio financeiro da *Pathfinder*<sup>12</sup> e depois do Programa Nacional de DST-AIDS/Ministério da Saúde. Seu principal objetivo era o de diminuir a vulnerabilidade das transgêneros ao HIV/AIDS. Para isso investiam em capacitação e fortalecimento de grupos e de lideranças “trans”. Na região nordeste, o projeto foi executado pela “ASTRA” (Centro Tulipa Janaína

<sup>11</sup> Carvalho (2011) aponta que o próprio Estado se tornou um fomentador do quadro da militância “trans”, principalmente, em âmbito mais formal, com os cursos de capacitação das populações vulneráveis, dentro da lógica de “empoderamento”.

<sup>12</sup> Organização não-governamental norte-americana, com atuação mundial, na área de “saúde sexual”.

Dutra), através da articulação de uma rede entre as associações nordestinas “trans” de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Maranhão, Sergipe e Bahia (ASTRA, 2004).

É necessário notar, inicialmente, que as modalidades de engajamento das lideranças do “universo trans” na militância aracajuana, vinculam-se a dois eixos principais. Num primeiro eixo, os engajamentos militantes contariam com predisposições oriundas de internalizações advindas de processos de socialização primária ou de participação em outras atividades políticas que tornariam os agentes sensíveis às “causas sociais”.

Em outros casos, quando inexitem disposições iniciais, o engajamento e a constituição dos agentes como lideranças se estabelecem a partir da própria participação nas “lutas trans” que termina por gerar “visões de mundo” acerca da importância de suas permanências na mobilização.

Estas dimensões micro e mesológicas do engajamento podem ser averiguadas nos itinerários de Ana, Lorena, Sofia e Renata. As análises iniciais apontam três modalidades de engajamento distintas. A primeira modalidade refere-se ao caso de Ana. Caracteriza-se por uma forte socialização religiosa, iniciada na infância, que resultou na aprendizagem da “caridade” como importante forma de relacionamento com o mundo. Em sua família também há presença de políticos.

Ana apresenta origem sócio-econômica mediana, com alto investimento escolar e inserção em redes sociais informais (amigos inseridos em partidos políticos e na máquina governamental) que lhe possibilitaram a reconversão de seu capital escolar e militante em postos públicos (cargos de confiança). Seu itinerário reforça a compreensão do quanto a mobilização e o Estado convergem em suas ações e objetivos, não sendo possível discernir uma fronteira entre esses dois campos políticos. Ana é assistente social, pós-graduada, funcionária públi-

ca municipal e fundadora de uma associação LGBT, e coloca sua expertise em favor da “luta” na criação de projetos, na definição metas/objetivos e em intervenções da instituição na qual atua como uma verdadeira mentora.

## Uma Assistente Social na Militância “Trans”<sup>13</sup>

Ana é assistente social e militante no “universo trans” aracajuano, mas não é “travesti”, “transexual” ou “transgênero”. É mentora da primeira ONG “trans” do estado, a “Associação de Travestis Unidas” em 1999. Atualmente tem 50 anos e é solteira. É filha de uma prole de cinco irmãos, cujo pai é marceneiro e ourives, e a mãe dona de casa, ambos com baixa escolaridade (educação primária). Nasceu no sul do estado de Sergipe, numa região conhecida por sua tradição em gerar representantes políticos. Ana tem familiares inseridos na política local, um de seus primos foi deputado estadual e vice-governador de Sergipe. Em sua cidade natal concluiu seus estudos primários e médios (Pedagógico e Contabilidade). Conviveu na infância com um avô paterno extremamente “religioso” e “caridoso”, com gosto pela “assistência”. Então comerciante na cidade, seu avô foi presidente da associação religiosa “São Vicente de Paula”, composta por comerciantes, durante muitos anos. Aos domingos seu avô, após a missa, além de falar na associação, distribuía cestas básicas (no período natalino) e oferecia ajuda financeira às pessoas necessitadas, geralmente idosos e pedintes. Na adolescência continuou frequentando a igreja católica, onde conheceu freiras que a encaminharam à participação em um grupo de jovens. Nesse período cogitou tornar-se uma delas. O grupo ia aos povoados circunvizinhos a sua cidade, lá lecionavam o catecismo e distribuía hóstia aos enfermos. Neste período cogitou a possibilidade de tornar-se assistente social. Em 1979 prestou vestibular para Serviço Social e mudou-se para Aracaju. Na capital, continuou a frequentar grupos religiosos católicos até os 20 anos, mas aos poucos foi se afastando em virtude de discordâncias surgidas por influência de suas leituras no

<sup>13</sup> Entrevista concedida a Marcos Ribeiro de Melo em 27/09/2010

curso, principalmente de Karl Marx. Hoje não mantém nenhum vínculo religioso. No período universitário nunca se envolveu com mobilizações políticas do diretório acadêmico, mas era amiga de alguns membros que o compunham. No ano de 1981 entrou no serviço público estadual como oficial administrativo onde trabalhou numa escola no centro de Aracaju. Depois, em 1983, já graduada, foi transferida para o Instituto Lourival Fontes, uma instituição filantrópica que abrigava menores órfãos, onde trabalhou até 1992. Em 1993 iniciou formações em terapia de família e bioenergética. Três anos depois, a convite de uma colega também assistente social, foi trabalhar num ambulatório de uma cidade próxima à capital. Por conta de sua pós-graduação desenvolveu trabalhos com pacientes portadores de HIV no GAPA, presidido pelo coordenador do programa estadual de DST/AIDS, onde trabalhou até 1998. Diferente dos outros GAPAs do país, que trabalhavam com assessoria jurídica e prevenção, o GAPA Sergipe tinha cunho assistencial. Identificando a clientela da instituição como muito pobre, Ana promoveu na instituição cursos de "geração de renda" (corte e costura, impressão de camisas, arranjos de flores, salão de beleza, alimentação) para os soropositivos. Após sua saída do GAPA retornou ao ambulatório, onde permaneceu até 2003. Neste ínterim, em 1998, realizou um trabalho de pesquisa com as travestis para apresentação em um congresso, onde identificou a ausência de intervenções junto a este segmento social. Após seu retorno do congresso, iniciou a distribuição de camisinhas para as travestis que trabalhavam na rua. O contínuo contato com as mesmas e suas demandas, fizeram-na criar uma reunião semanal na Secretaria da Saúde, onde foram iniciados debates em torno de direitos e questões de saúde. Em meados meio de 1999 fundou a "Associação de Travestis Unidas" junto com as travestis que contactou em seus trabalhos de prevenção na rua. Os primeiros projetos da instituição foram desenvolvidos junto ao Ministério da Saúde para prevenção ao HIV/AIDS. Com os investimentos do estado alugaram uma sede espaço onde permaneceram por sete anos. A descentralização de recursos financeiros para as ONGs, realizada pelo Ministério da Saúde, que passaram a ser geridos pelos municípios em 2005, dificultou o acesso ao financiamento das atividades da instituição. Deste modo, Ana custeou o aluguel, telefone, água e energia até 2009, quando uma sede definitiva foi conquistada para a construção de uma casa de apoio aos portadores do HIV. Apesar de ser uma figura importante para as travestis da ONG, Ana nunca assumiu a presidência da instituição No

ano de 2009 foi denunciada ao Ministério Público sob a acusação de desvio de verbas de projetos e tráfico de influências dentro do Programa de Prevenção às DST/AIDS da Secretaria de Estado da Saúde. Neste período solicitou transferência para a prefeitura de Aracaju e assumiu o cargo de gerente do ambulatório de HIV/AIDS do município, por indicação de um membro do movimento LGBT que compunha também o quadro profissional da Secretaria Municipal. O seu envolvimento com o movimento social e sua atuação como assistente social são interpretadas como “estando no seu sangue”. É chamada pelas travestis de “mãe”, tem muito orgulho de ter essa experiência com esse segmento. Em sua militância deseja mostrar que as travestis são seres humanos, têm afeto e família. Diz-se “encantada” e “embriagada” pelo “universo das travestis”. Relata sua amizade com as travestis mesmo fora do Brasil, uma ligação afetiva muito estreita com as mesmas. Acredita ter um perfil diferente de uma “militante”, pois tem mais o perfil “assistencialista”. Define sua luta como a busca da cidadania e dos direitos de grupos excluídos como as pessoas que vivem HIV/AIDS e as travestis. Vê sua atuação como gerente do ambulatório de DSTs em Aracaju para além de uma função administrativa, mas também de militância.

A segunda modalidade, referente aos engajamentos de Lorena e Sofia, é caracterizada por uma trajetória de origens sociais humildes, baixa ou média escolaridade, sem experiências militantes anteriores ao engajamento na luta “trans”. A participação em redes de amizades com outras lideranças “trans” lhes possibilitaram a aprendizagem da militância e a percepção de si como agentes políticos. Por um outro viés, a dimensão afetiva parece ser também um aspecto importante para a conexão às lutas. A violência familiar, a prostituição e a exclusão social, antecederam a militância. Os grupos militantes parecem ter agido como geradores de novos sentimentos, geralmente de “indignação” e “descontentamento” em relação às suas condições de existência, no lugar da “vergonha” e do “medo” outrora experimentados. Além disso, as mudanças de percepção das famílias das agentes, quando deixaram a prostituição e ingressaram na militância, destacando-se como lideranças, parece uma significativa recompensa para as mesmas.

## Da Prostituição à Militância<sup>14</sup>

Lorena tem 37 anos e cursa o primeiro ano da educação básica no supletivo, numa escola pública em Aracaju. Ela é presidente de uma associação de travestis na cidade, uma das fundadoras da ONG em 1999 e está no seu segundo mandato. Nasceu num povoado de um pequeno município sergipano à beira do Rio São Francisco. Filha de lavradores, cuja atividade agrícola é de subsistência, é a caçula de nove filhos. Seus avós foram também lavradores. Acerca da história escolar de sua família, relatou que sua avó materna estudou até a oitava série, seu pai sabe “ler e escrever pouquinho” e sua mãe cursou até a quinta série do antigo 1º grau. Recordar-se da figura marcante de sua mãe, definida por ela como uma “guerreira”. Aos domingos ela levava os filhos à igreja católica, era uma mulher atuante e com certo destaque no campo religioso, participante de um grupo orações e cantora da igreja. Aos dez anos foi expulsa de casa pelo pai ao lhe revelar que “não era o homem que ele desejava que ele fosse” e que se sentia uma mulher. “Eu não sabia nem o que era travesti, que eu nunca ouvi falar. Sempre ouvia afeminado, mas era uma história lá longe, que os nossos avós contavam, que tinham os homens afeminados”. Foi acolhida por sua avó materna que logo tratou de transferi-la para Aracaju, para a casa de uma tia, em busca de “tratamento”. Logo em seguida viajou para São Paulo, na companhia de um primo, a pedido de sua tia. Lá conheceu outras travestis que a encaminharam à prostituição aos 11 anos de idade. Aos 18 anos retornou à Aracaju, já transformada, “com peito e tudo”, e resolveu visitar sua cidade natal. Relembra que fugiu escondida numa ambulância da cidade, pois sofreu agressões das pessoas, muitos queriam linchá-la. No seu retorno a Aracaju foi “trabalhar numa casa de família” para ter garantia do que comer e de onde dormir, mas não recebia salário. Não tardou e voltou às ruas para se prostituir em Aracaju, no centro da cidade. O contato com a rua a fez conhecer outras travestis e desenvolver laços de amizade. A situação naquela época, meados da década de 1990, era difícil para as travestis. O avanço da AIDS, a falta de acesso aos serviços de saúde e a violência, propiciaram o contato das travestis nas ruas para uma assistente social da secretaria estadual de saúde. Lorena começou a frequentar reuniões que eram articuladas pela assistente so-

<sup>14</sup> Entrevista concedida a Marcos Ribeiro de Melo em 05/10/2010

cial na rua, nos pontos de prostituição. Juntas resolveram formar uma ONG em defesa das travestis de Aracaju. Na organização aprendeu a ser militante, buscar e brigar por seus direitos e a conhecer as leis que a defendem. Lorena não frequentou muito o Dialogay (primeira organização LGBT do Estado), pois não se sentia contemplada, identificando o espaço como mais voltado para os “gays” do que para as travestis. Ela se percebe diferente das travestis não militantes, pois segundo seu ponto de vista, possui informações importantes para reivindicar seus direitos e o de outras. Contudo, não se percebe ainda uma “militante 100%”, pois além de não dedicar seu tempo integral à militância, não é escolarizada. Há sete anos está casada, com reconhecimento de sua união civil. É hoje dona de casa e ativista, mas não deixa de frequentar a sua ocasionalmente, sem o conhecimento do esposo e da família. Em sua fala compara-se com travestis com maior nível de escolarização (nível superior). No futuro pensa em ser assistente social para trabalhar com jovens travestis que sofrem exclusão familiar. Relata que sua mãe a vê, hoje em dia, com orgulho, desde que tomou conhecimento de sua atividade militante, principalmente ao observá-la falando em público. Assevera uma também aceitação familiar em virtude da militância. Acerca das aprendizagens necessárias para a militância, em específico o falar em pública, Lorena afirma que não tinha coragem no início. “No meu primeiro mandato, na primeira fala em público, num evento em Maceió, eu me tremi toda. O que falar? Como falar?”. Outra travesti, uma experiente ativista e advogada, a orientou para a fala, não só naquele momento, mas em outros encontros dos quais participaram, muitos dos quais patrocinados pelo Estado. “Hoje eu não tenho nenhum problema em chegar numa assembleia. Se chegar qualquer lugar em público, eu falo sem problema”. Nesta construção de si como militante, houve o incentivo ao retorno do estudo. Inclusive, na sala de aula, destaca-se como liderança nas atividades e, recentemente candidatou-se à representante de turma, não logrando êxito. Filiada ao PT há um ano, percebe que o “governo no PT” preocupa-se com militância LGBT e abriu muitas portas.

## Uma Breve Liderança “Trans”<sup>15</sup>

Sofia tem 35 anos e nasceu num município do centro do estado. Morou até os 11 anos de idade com uma família adotiva. A irmã adotiva era professora, lembra que era bastante respeitada e muito atuante na comunidade. Depois do falecimento de sua mãe adotiva foi morar com a mãe biológica em Aracaju. Desde o início conheceu o preconceito, pois tinha traços femininos. Sua mãe biológica tem pouca escolaridade e teve 10 filhos. Aos 18 anos entrou em conflito com a mãe por ser homossexual, sendo expulsa de casa aos 22 anos. Na época estudava o pedagógico na Escola Normal. Participou do movimento estudantil na época, mas era mais dos “bastidores”. Tinha maior atuação no grupo de teatro, a partir do qual conheceu as pessoas do grêmio estudantil. No período tentou trabalhar como doméstica, mas não conseguia sobreviver com o que ganhava e, aos 24 anos, começou a se prostituir. Logo teve contato com a “Associação Unidas de Travestis” e frequentou as primeiras reuniões da ONG como uma voluntária. Quanto a sua trajetória escolar, sempre estudou em pequenas escolas de bairros periféricos, concluindo o primeiro grau numa escola pública de referência. Hoje voltou a morar com a mãe. Seu ex-companheiro, que é artesão, conseguiu tirá-la das ruas. Ele não tem nenhum envolvimento com o movimento LGBT. Afirma que a ONG “mudou sua vida” através de cursos que pôde fazer. A instituição resgatou sua auto-estima, passou a ser artesã e hoje sobrevive do artesanato que fabrica em casa e seu ex-companheiro vende. Foi presidente da ONG entre 2008 e 2009. Era muito atuante do grupo, participando de reuniões semanais, debatendo e participando de congressos, mas a escrita dos projetos era realizada por uma assistente social, mentora da instituição, com a anuência das travestis. Por ter o nível médio completo, é vista pelas demais travestis como uma militante “bem preparada”, mas não se vê hoje como uma pessoa atuante no grupo. Após agredir fisicamente uma travesti presidente de outra ONG, afastou-se do cargo.

A terceira modalidade refere-se ao caso de Renata e remete a um engajamento vinculado a origens sociais medianas baixas, com acúmulo de “capital militante” a partir da participação em

<sup>15</sup> Entrevista concedida a Marcos Ribeiro de Melo em 20/10/2010

ativismo estudantil, que lhe rendeu aprendizagens acerca da militância, tornando-se uma liderança ainda na adolescência. Esta militância inicial e o posterior ingresso na militância “LGBT” local, que gerou a fundação de uma associação LGBT, inseriram-na em redes vinculadas a partidos políticos que possibilitaram uma tentativa de reconversão destes capitais em ocupações de cargos de confiança na esfera governamental. Atualmente sua representatividade política atingiu nível nacional. Renata faz parte do quadro administrativo, como secretária de direitos humanos, de uma associação nacional e é uma das mais importantes lideranças “trans” do norte e nordeste brasileiro.

## Uma Liderança Nacional<sup>16</sup>

Renata nasceu na capital sergipana no ano de 1980 e, atualmente, além de presidir uma ONG LGBT, é Secretária de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais (ABGLT). Seu pai, metalúrgico, nasceu no interior sergipano, e sua mãe, cabeleireira, em Alagoas. Ambos possuem baixo nível de escolaridade e nenhum tipo de envolvimento com partidos políticos ou vínculos com mobilizações políticas. Ela tem apenas um irmão, que é “gay”, mas não tem envolvimento político. Entretanto, outros familiares exerceram atividades político-partidárias e tiveram destaque como lideranças. Um de seus tios foi prefeito no interior da Bahia e sua tia foi vice-prefeita na mesma cidade. Um de seus primos é prefeito de uma cidade no sul do estado e, anteriormente, havia sido vereador. Outro primo é presidente de um time de futebol da capital. Acredita que a convivência em sua infância com essas pessoas justificam o seu “gosto” de estar no movimento social. Desde pequena era considerada pela família como uma criança bastante inteligente e falante. Realizou sua escolarização inicial numa instituição particular católica. Frequentava a igreja, e era tida como “questionadora” e “contestadora”. Aos 11 anos ingressou na escola pública estadual de referência, local onde, historicamente, parte dos políticos do estado havia se formado. Lá se tornou

<sup>16</sup> Entrevista concedida a Marcos Ribeiro de Melo em 25/03/2011

uma liderança estudantil. Aos 12 anos idade já era representante de turma. Com 14 anos, na oitava série, participou da chapa do grêmio. Aos 15 anos, numa chapa única, foi candidata a presidente do grêmio. O processo, no entanto, não se deu de maneira tranquila. No período em que foi convocada a eleição para o grêmio, ela havia “descoberto” a sua sexualidade, sofrendo críticas em relação a isto e ao cargo que iria assumir. Mesmo assim venceu o pleito com 89% dos votos. Desde que “assumiu” sua sexualidade, Renata pensou em se torna travesti. Cultivava um cabelo comprido desde a adolescência e possuía traços muito delicados. Desta maneira, quando frequentava bares “gays”, era incentivada a se tornar travesti. No início rejeitou a possibilidade, pois associava a imagem de travesti à agressividade e às ruas. Acreditava que se fosse travesti a prostituição seria sua única via de sobrevivência, mas ao mesmo tempo afirma que o movimento estudantil a fez pensar para além desta possibilidade. Sofreu agressões do pai que chegou a cortar seus cabelos com um facão. Quando assumiu o grêmio, vinculou-se ao Partido Popular Socialista (PPS) e foi vice-presidente da Juventude Popular Socialista (JPS). Sua experiência como liderança estudantil lhe rendeu várias aprendizagens, a “lutar por uma educação justa e igualitária e fazer política com isso”, e aprendeu “o mecanismo de que você só é respeitado quando faz valer o seu direito”. Observava com descrédito o movimento “gay” na década de 1990 em Aracaju, pois não via “nada produtivo” nas reuniões do único grupo existente, restringindo as atividades do grupo à distribuição de preservativos. Com a candidatura da vice-presidente do Dialogay, uma mulher “heterossexual” pelo PT, viu que o movimento poderia mudar. Continuou no movimento estudantil até 1999, na época era secretária geral da USES (União Sergipana dos Estudantes Secundaristas). Ainda em 1999, em razão do seu passado de militância estudantil, Renata foi convidada a compor a chapa do “Dialogay” como secretária geral. Acredita que a saída do movimento estudantil para o LGBT aconteceu em boa hora. Via que as pessoas do movimento estudantil estavam ficando velhas e não via sentido naquilo, pois havia cumprindo um ciclo. Percebia-se mais útil no movimento LGBT e nos desafios que eles traziam e também porque tinha a ver com sua história de vida, pois estava entrando numa luta pelo “direito de existir e de ser como queria ser”. No Dialogay também assumiu a função de “agente de saúde” do projeto “Jovens namorados”, destinado a prevenção e combate ao HIV. O projeto deu-lhe possibilidade de entender como trabalhar outros projetos sociais. A fez entender

que uma ONG, além de lutar pelos direitos e buscar através da pressão social a garantia de direitos, podia formular ideias pra minimizar males e aglutinar pessoas em torno disso. No Dialogay presidiu uma coordenação de travestis e transexuais que deu origem a ONG que atualmente preside, formada em 2002. A participação do Dialogay possibilitou a criação de uma rede de amizades com outros militantes (GGB e Grupo Arco-íris/RJ) que lhe rendeu várias aprendizagens acerca da mobilização política LGBT, inclusive para a idealização e execução da “Parada LGBT” em Aracaju, evento anual que continua a coordenar. Afirma que, por conta da dissolução do Dialogay, recebeu uma demanda de outros segmentos identitários e a instituição passou a ser LGBT. Sua direção frente à instituição e suas atividades no Dialogay a projetaram no cenário nacional a partir de 2002. Desde então assumiu os cargos de Secretária da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e Secretária de Direitos Humanos da ABGLT.

## Considerações Finais

O presente artigo tentou tomar rumos analíticos diferenciados daqueles que normalmente se debruçam sobre o universo da militância “trans”, vinculados a debates pautados em discussões das “corporalidades”, da “sexualidade” e do “gênero”. Neste sentido, privilegiou-se uma análise acerca do engajamento militante das lideranças do “universo trans” tendo como níveis de análises, as redes sociais, as propriedades sociais e as lógicas de retribuição dos agentes.

Verificou-se que os investimentos do Estado na prevenção e no combate ao HIV/AIDS para o segmento “trans” possibilitaram sua organização e um conseqüente fortalecimento das redes institucionais. Além disso, observou-se que, em dimensões micro e mesológicas, o engajamento das lideranças aracajuanas está atrelado às redes formais (associações religiosas, movimentos estudantis e partidos políticos) e informais (socialização primárias e amizades com lideranças) que criam estruturas de significação para as agentes, possibilitando suas entradas na luta,

posterior permanência e, em determinadas, ascensão do agente para participação em nível regional e nacional dos quadros de lideranças da militância.

Averiguou-se também que a projeção social a partir do engajamento político, parece ser uma importante recompensa no ingresso dos agentes, assim como a mudança de percepção familiar ao contemplá-las como militantes, no caso das “travestis”. Também foi possível perceber que somente alguns tipos de militância – agentes detentores de significativo capital militante e/ou escolar e inserção em determinadas redes sociais (partidos políticos) – permitem reconversões para cargos públicos ou militância em nível nacional, sendo estes também importantes fontes de recompensas pelo engajamento.

## Referências Bibliográficas

ABERS, Rebecca; BÜLLOW, Marisa Uon. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, nº 28, set./dez. 2011, p.52-84. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 15 de março de 2012

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, 76: 49-86, 2009.

AMARAL, Daniela Murta. **A psiquiatrização da transexualidade**: análises dos efeitos do diagnóstico do transtorno de identidade de gênero nas práticas de saúde. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), 2007. (Dissertação de Mestrado)

ARMSTRONG, Elizabeth A. **Forging gay identities**: organizing sexuality in San Francisco, 1950-1994. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.

AVANZA, Martina; LAFERTÉ, Gilles. Dépasser la “construction dès identités”? : identification, image sociale, appurtenance, **Génese** 61, Paris, 2005, p. 134-152.

BARBOSA, Bruno Cesar. **Normas e diferenças**: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (Universidade de São Paulo), 2010. (Dissertação de mestrado)

BENEDETTI, Marcos. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond,, 2006.

\_\_\_\_\_. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BERNSTEIN, Mary. Celebration and suppression: the strategic uses of identity by lesbian and gay movement. **The American Journal of Sociology**, Chicago, vol. 103, nº 3, 1997, p. 531-565.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: \_\_\_\_\_. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 9ª ed. Campinas: Papirus, 2008a, p. 74-82.

\_\_\_\_\_. Cultura e política. In: \_\_\_\_\_. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: ZOUK, 2008b, p. 371-433.

\_\_\_\_\_. Violência simbólica e lutas políticas. In: \_\_\_\_\_. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 199-233.

BRITT, Lory; HEISE, David. From shame to pride in identity politics. In: STRYKER, Sheldon; OWENS, Timothy J.; WHITE, Robert W. (org.). **Self, identity, and social movements**: social movements, protest, and contention. Vol. 13. Minneapolis: University Minnesota Press, 2000.

BRUBAKER, Rogers; COOPER, Frederick. Beyond "identity". **Theory and Society**. vol.29, p. 1-47, 2000. Disponível em: <http://www.sscnet.ucla.edu/soc/faculty/brubaker/>. Acesso em 05 de maio de 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. **Cuerpos que importam**: sobre los límites materiales y discursivos del "sexo". Buenos Aires: Paidós, 2005.

\_\_\_\_\_. **Deshacer el gênero**. Barcelona: Paidós, 2006.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. **Que mulher é essa?**: identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), 2011. (Dissertação de Mestrado)

CORADINI, Odaci L. Escolarização, militância e mecanismos de participação política. In: HEREDIA, Beatriz M. A de; TEIXEIRA, Carla Costa; BARREIRA, Irllys A. F. (org.). **Como se fazem eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 103-153.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. **Social movements**: an introduction. Oxford: Blackwell Publishing, 2006

DIANI, Mario. Networks and Social Movements: a research programme. In: DIANI, Mario; MCADAM, Doug. **Social movements and networks**: relational approaches to collective action. New York: Oxford University Press, 2009a, p. 299-319.

\_\_\_\_\_. Introduction: social movements, contentious actions and social networks: 'from metaphor to substance'? In: DIANI, Mario; MCADAM, Doug. **Social movements and networks**: relational approaches to collective action. New York: Oxford University Press, 2009b, p. 1-20.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ENGELMANN, Fabiano. Apresentação. **Pro-posições**, Campinas, v.20, n.2 (59), maio/ago. 2009, p. 17-19.

FACCHINI, Regina. \_\_\_\_\_. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 10, n. 18/19, 2003, p. 82-123.

\_\_\_\_\_. Movimento homossexual e construção de identidades coletivas em tempos de AIDS. UZIEL, Ana Paula; RIOS, Luis Felipe; PARKER, Richard. **Construções de sexualidades**: gênero, identidade comportamento em tempos de AIDS. Rio de Janeiro: PALLAS, 2004, p. 151-168.

\_\_\_\_\_. **Sopa de letrinhas?**: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

\_\_\_\_\_. Entre compassos e descompassos: um olhar para o "campo" e para a "arena" do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas**, Natal, n. 04, 2009, p. 131-158.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (org.). **Democracia hoje**: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001, p.245-282.

FILLIEULE, Olivier. Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individual. **Revue française de science politique**, vol. 51, nº 1-2, fev./abr. 2001.

FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Para inglês ver**: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 87-115.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

GAGLIETTI, Mauro. **PT: ambivalências de uma luta**. Porto Alegre: Dacasa: Palmarinca, 2003.

GOIRAND, Camille. Movimentos sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada. **Est. His.**, Rio de Janeiro vol.22, n.44, p.323-354, julho-dezembro de 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_. (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GREEN, James N. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, 2000a.

\_\_\_\_\_. “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu**, Campinas, nº 15, 2000b. Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/files/cadpagu/Cad15/n15a12.pdf> . Acesso em 10 de janeiro de 2010.

LANDIM, Leilah. Experiência militante: histórias das assim chamadas ONGs. **Revue Lusotopie**, Paris, nº. 9, p.215-239, 2002. Disponível em: <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/landim.pdf> . Acesso em: 14 de setembro de 2009.

MACRAE, Edward. Movimentos sociais e os direitos de cidadania dos homossexuais. In: ARAÚJO, A. (org.). **Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira**. São Paulo: Editora Scritta, 1997, p. 237-242.

MATHIEU, Lilian. Quand la sociologie de l'action collective rencontre lês identités: Etat des lieux et perspectives. In: PALA, Valérie Sala et al. **L'action collective face à l'imbrication des rapports sociaux: classe, ethnicité, genre**. Paris: L'Harmattan, 2009, p. 23-47.

MATONTI, Frédérique; POUPEAU, Franck. O capital militante: tentativa de definição. **Actes de la Recherche en Science Sociales**, n. 155, 2004, p. 5-11. (tradução de Ernesto Seidl)

MCADAM, Doug; SCOTT, W. Richard. Organizations and movements. In: DAVIS, Gerald F.; MCADAM, Doug; SCOTT, W. Richard; ZALD, Mayer N. **Social movements and organization theory**. New York: Cambridge University Press, 2005, p. 4-40.

NEIBURG, Federico. O naciocentrismo das ciências sociais e as formas de conceituar a violência política e os processos de politização da vida social.

In: WAIZBORT, Leopoldo (org.). **Dossiê Norbert Elias**. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 37-62.

OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues. Fronteiras invisíveis: gênero, questões identitárias e relações entre movimento homossexual e Estado no Brasil. **Bagoas**, Natal, n. 04, 2009, p. 159 - 170.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. **Posições de classe, redes sociais e carreiras militantes no estudo dos movimentos sociais**. Anais II Seminário Nacional "Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Florianópolis, 2007a, p. 670-690.

\_\_\_\_\_. de. Formas precárias de emprego, atuação em ONGs e inserção profissional. **Sociedade em Debate**, v. 12, n. 3, p. 141-160, 2007b.

\_\_\_\_\_. Engajamento político, competência técnica e elites dirigentes do movimento ambientalista. **Revista Sociologia e Política**. Curitiba, v.16, n.30, p. 167-186, 2008. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/rsp/article/view/13859/9333>. Acesso em 07 de outubro de 2009.

PASSY, Florence. Social networks matter. But how? In: DIANI, Mario; MCADAM, Doug. **Social movements and networks: relational approaches to collective action**. New York: Oxford University Press, 2003, p. 21-48.

\_\_\_\_\_. **L'action altruiste**. Paris-Genève: Droz, 1998.

PASSY, Florence; GUGNI, Marco. Life-spheres, networks and sustained participation in social movements: a phenomenological approach to political commitment. **Social Forum**, vol. 5, nº 1, 2000, p. 117-144.

REIS, Eliana Tavares dos. **Contestação, engajamento e militância**: da "luta contra a ditadura" à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), 2007. (Tese de doutorado).

SAWICKI, Frédéric. Les temps de engagement: à propôs de l'institutionnalisation d'une association de défense de l'environnement. In: LAGROYE, J. **La politisation**. Paris: Belin, 2003, p. 123-146.

SAWICKI, Frédéric; SIMÉANT, Johanna. Inventário da sociologia do engajamento. Nota crítica sobre algumas tendências dos trabalhos franceses. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 13, nº 28, set./dez. 2011, p. 200-255.

SEIDL, Ernesto. Disposições a militar e lógicas de investimento militantes. **Pro-posições**, Campinas, v.20, n.2 (59), maio/ago. 2009, p.21-39.

SIMÕES, Júlio; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SNOW, David A.; MCADAM, Doug. Identity work processes in the context of social movements: clarifying the Identity/Movement Nexus. In: STRYKER, Sheldon; OWENS, Timothy J.; WHITE, Robert W (org.). **Self, identity and social movements**. Minnesota: University of Minnesota Press, 2000, p. 41- 67.

SURDEZ, Muriel; VOEGTLI, Michael; VOUTAT, Bernard. À propôs des identités politiques. In: SURDEZ, Muriel; VOEGTLI, Michael; VOUTAT, Bernard (org.). **Identifier – s'identifier**. Lausanne: Editions Antipodes, 2009, p. 9-45.

VOEGTLI, Michaël. Quatre pattes oui, deux pattes, non!" L'identité collective come mode d'analyse des entepises de mouvement social. In: FILLIEULE, Olivier; AGRİKOLIANSKY, Éric; SOMMIER, Isabelle. **Penser les mouvements sociaux: conflicts sociaux et contestations das les sociétés contemporaines**. Paris: Edition La Découverte, 2010, p. 203 – 224.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

## Outros Documentos

ASTRA. Folder "**Construindo nossa história, construindo cidadania**". 2004.

Recebido em 19.10.2011.

Aprovado em 29.11.2011.

